

QUANDO A IDENTIDADE É UM PERIGO

consequências das mutações identitárias na refinaria de Sines¹

Paulo Granjo

Resumo

Pode uma mutação nas identidades socio-profissionais tornar-se um factor de perigo industrial? Inesperadamente, sim. Um grupo de trabalhadores fulcral na refinaria de Sines, o dos “operadores de consola”, está em pleno processo de recusa de uma identidade “operária” e de construção de uma alternativa. Busca-a por oposição a outro grupo, considerado indiscutivelmente operário, e enfatizando as vertentes técnica e hierárquica das suas funções. Ao fazê-lo, distancia-se da visão não-probabilística do perigo e do quadro de representações e valores que os operários inculcam nos novatos, e que servem depois de base aos mecanismos de precaução que aplicam e à neutralização de outros factores sociais de perigo. De um obstáculo à indução de perigos acrescidos, os operadores de consola parecem estar a tornar-se, por este processo, num factor que a favorece.

A ausência de surpresas é uma estranha e habitual característica das análises sociais acerca de perigos tecnológicos.

Também as razões para que tal aconteça são, afinal, pouco surpreendentes.

Passar a equacionar “factores sociais”, quando se estudam perigos, constituiu uma pequena revolução, face à anterior prática de restringir a sua análise aos factores estritamente técnicos - reduzindo as pessoas a meras fontes de “erros humanos” que emperravam o normal funcionamento da racionalidade técnico-científica e da sua materialização em máquinas e fábricas².

Não obstante, essa introdução do social naquilo que era antes encarado como uma equação de engenharia instaurou, apenas, uma relativa ruptura na lógica académica e técnica de abordagem do aleatório. De facto, quase sempre a análise de “factores sociais” se desenrolou de forma fragmentar e, até há pouco, assumindo o conceito de “risco” (e a sua manipulação por parte dos sujeitos) como critério de racionalidade na relação do Homem com a ameaça. Analisaram-se então, enquanto objectos autónomos, as características localizadas ou a variabilidade social de aspectos como a percepção do risco, a sua representação e valorização, a racionalidade da sua aceitação ou recusa, os processos da sua integração no quotidiano, as dinâmicas das situações de crise – produzindo-se, em cada uma dessas “gavetas” analíticas, modelos explicativos a elas delimitados.

Apesar do muito que foi sendo apr[e]endido neste processo, ver-nos-emos obrigados a reconhecer que, sendo as vertentes de estudo nele autonomizadas inseparáveis e interagentes em qualquer realidade empírica observável, essa fragmentação da análise põe, por si própria, em causa a capacidade de compreensão dos fenómenos que se pretende estudar. Por outro lado, espartilhada em termos temáticos e conceptuais, o mais surpreendente numa pesquisa de um desses tipos seria que ela tivesse a capacidade de surpreender³.

¹ Este artigo foi originalmente publicado na revista *Etnográfica* (VI, 2, 2002). O material empírico que lhe serve de base decorre de uma pesquisa na Refinaria de Sines realizada no âmbito do CEAS (ISCTE) e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que igualmente concedeu ao autor uma Bolsa de Doutoramento ao abrigo do Programa Praxis XXI.

² Na sedimentação dessa mudança, deverá ser salientada a importância de DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982, *Risk and Culture: an essay on selection of technological and environmental dangers*, Berkeley, California University Press e de FABIANI & THEYS (eds.), 1987, *La Société Vulnérable: évaluer et maîtriser les risques*, Paris, Presses de l'ENS.

³ Recorde-se, como exemplo quase extremo, a caracterização por Mary Douglas dos estudos habituais de percepção de risco, como sendo sistematicamente demonstrações da irracionalidade de avaliação dos riscos por parte dos indivíduos e grupos observados,

Contudo, ao sairmos do círculo, assim induzido, daquilo que é em grande medida esperado, não é apenas a uma visão holista e global que podemos aceder, mas igualmente a vectores de pertinência na análise do perigo industrial que não estamos habituados a equacionar, ou sequer imaginar.

É esse o caso do fenómeno que aqui irei abordar. Trata-se do aumento de perigo que resulta, na refinaria de Sines, das actuais mutações na identidade sócio-profissional de uma categoria de trabalhadores que, embora numericamente limitada, assume um papel fulcral na condução e controle da maquinaria e do processo produtivo – os chamados “operadores de consola”.

Irei sustentar que a forma como se efectua a sua recusa de uma identidade “operária” conduz à fragilização de solidariedades e valores que, no contexto dessa fábrica, são essenciais para a neutralização de outros factores sociais de perigo aí presentes e para o funcionamento de mecanismos de protecção colectiva.

Para que esta tese se torne compreensível, no entanto, torna-se necessário abordar previamente, mesmo que de forma sucinta, uma série de outros aspectos que transformam o processo identitário que referi numa questão de segurança.

Começarei por apresentar os grupos em presença e por indicar de que forma são localmente representadas e apropriadas a aleatoriedade e a ameaça inerentes ao processo produtivo, de que forma essas noções e práticas são reproduzidas e qual a sua importância para os mecanismos de protecção colectiva adoptados pelos trabalhadores.

Exporei em seguida um dos factores sociais que potenciam o perigo inerente ao processo produtivo e explicitarei a importância que os operadores de consola assumem na sua neutralização ou reprodução.

A questão central deste artigo será então abordada, após apresentar os princípios de identificação e diferenciação que são manipulados pelos indivíduos e grupos na fábrica estudada, e quais as motivações para as mutações identitárias que, sendo já evidentes durante o meu trabalho de campo, se têm vindo - conforme pude posteriormente observar e discutir – a sedimentar e aprofundar até ao momento presente.

Pessoas e visões da ameaça

Na área de Fabricação da refinaria de Sines encontramos, tal como na generalidade das suas congéneres, quatro *tipos de trabalhadores*, diferenciados entre si em termos funcionais e hierárquicos.

Temos, por um lado, os *engenheiros*, que acumulam as funções técnicas com as de chefia e direcção, e que, constituindo embora um grupo autonomizado, se posicionam entre si segundo uma hierarquia piramidal, podendo a sua responsabilidade abranger desde uma “unidade”⁴, até toda a área de Fabricação. São, em sentido estrito, elementos exteriores às equipas de trabalho (mantendo aliás, ao contrário delas, um horário fixo e diurno), que lhes traçam/transmitem os objectivos de produção, que planificam e tomam decisões técnicas e administrativas na sua área de responsabilidade. Numa fábrica em que toda a área de produção está rodeada de uma cerca que a separa das instalações administrativas e de serviços, estes engenheiros - pois outros há, ligados à direcção geral ou a outros sectores da refinaria –

seguidas da sugestão de medidas informativas e educativas passíveis de a superar (DOUGLAS, “Les études de perception du risque: un état de l’art”, in FABIANI & THEYS (eds.), *op.cit.*, 55-60).

⁴ Um conjunto de maquinaria englobando uma máquina central e todos os seus equipamentos periféricos, capaz de assegurar, por si, uma fase, ou tipo, de transformação do produto.

trabalham dentro dessa fronteira, em gabinetes situados no edifício que alberga a sala de controle, de que adiante falarei.

Também nesse edifício, encontramos os *chefes de turno*, que correspondem no essencial a “encarregados”, tal como definidos por João Freire⁵. São, simultaneamente, os responsáveis técnicos e administrativos pelo funcionamento da “divisão”⁶ que têm à sua guarda, durante o seu turno de trabalho, e interfaces entre os escalões hierárquicos superiores e os homens que, no seu turno, nela trabalham. Se alguma situação anormal de produção ou segurança ocorre entre as 17 e as 9 horas, cabe-lhes assim avaliar e, de imediato, decidir e tomar medidas, até que estas possam ser sancionadas por superiores hierárquicos, caso a sua gravidade o justifique.

O grupo em que centramos a nossa atenção, os *operadores de consola*, trabalha na sala de controle – ou, mais adequado seria dizer-lo, esta é o seu domínio.

Trata-se de um espaço amplo, com janelas ocupando toda a parede virada para as unidades fabris. O seu centro está ocupado por seis grandes consolas informáticas posicionadas em círculo, cada uma delas com um homem sentado à sua frente, vigiando quatro monitores e comandando três teclados de computador. Ouvem-se quase ininterruptamente comunicações via rádio com os trabalhadores que se encontram no exterior e, de vez em quando, soa o ruído estridente e intermitente dos alarmes de uma das unidades.

Os operadores de consola, esses homens que encontramos frente aos terminais informáticos durante praticamente 8 horas seguidas⁷, têm como função monitorizar e controlar o funcionamento das unidades que se encontram à sua guarda. Para tal, dispõem de diagramas das várias partes dessas unidades, cuja visualização nos monitores podem seleccionar através dos teclados e que apresentam, cada um deles, as temperaturas, pressões e caudais dos produtos e as percentagem de abertura das válvulas, em cada ponto em que tal é pertinente. Quando os valores de uma destas variáveis saem fora do intervalo estabelecido para a produção desejada, soa um alarme sonoro. Tanto pode indicar a necessidade de um pequeno ajuste, como a iminência de um acontecimento grave, ou mesmo a necessidade de parar o funcionamento da unidade. Ao soar o alarme, o operador terá que, rapidamente, indicar através do teclado tê-lo recebido, detectar qual o ponto afectado e tomar as medidas que considerar necessárias.

Estes operadores não se limitam, portanto, a observar o que se passa. Não só têm que reagir, avaliar a situação e tomar decisões em condições inesperadas e de emergência, como lhes compete gerir e corrigir, sempre que necessário, os parâmetros de funcionamento da maquinaria, por forma a que do processo de transformação resultem as percentagem e quantidades de produtos que estão previstas no programa de produção que lhes é fornecido. No caso das “novas unidades”, fazem-no quase sempre de forma directa, pois muitas das válvulas mais importantes são, tal como os comandos de alguns equipamentos, accionadas a partir da própria consola; na “fábrica antiga”, é bastante maior a percentagem de casos em que têm que ser os operadores de exterior a executar manualmente a operação, sob indicação do operador de consola.

⁵ Veja-se FREIRE, João, 1990, “Que futuro para os encarregados na indústria?”, *Organização e Trabalho*, 2, 81-90.

⁶ A área de produção está dividida em duas “divisões”, que correspondem à maquinaria instalada desde o início da refinaria, em 1978, e às “novas unidades”, diferenciadas funcional e tecnologicamente daquelas, que entraram em funcionamento em 1994.

⁷ Normalmente, para além de pequenas deslocações na sala, apenas se ausentam durante um intervalo para refeição, vinda do refeitório e tomada individualmente numa sala anexa enquanto o chefe de turno respectivo os substitui, ou para ir à casa de banho, tomar café ou fumar, se as unidades estão completamente estabilizadas.

Em qualquer dos casos, o operador de consola e os operadores de exterior da área que lhe compete constituem uma equipa única, embora a diferenciação funcional entre eles conduza a uma implícita hierarquização, que neste momento se encontra já formalizada⁸.

Esses *operadores de exterior* trabalham, conforme o nome indica, longe da aparente protecção da sala de controle e no meio da própria maquinaria.

Formalmente, cada unidade ou grupo de unidades está a cargo de um operário, integrado numa pequena equipa dirigida por um “chefe de zona”. Se a responsabilidade deste último abrange o conjunto das unidades da sua zona e o trabalho dos seus colegas, as actividades laborais de uns e outros não são muito diferentes.

Quando as unidades estão estabilizadas, limitam-se a executar tarefas de rotina, como tirar amostras de produtos, ou confirmar o bom funcionamento de manómetros e equipamentos, regressando depois aos abrigos – pequenas construções com uma sala, casa de banho e local para aquecer comida, que filtram ligeiramente o intenso ruído da maquinaria. Perante uma instabilidade ou necessidade de intervenção, o trabalho torna-se intenso, obrigando a rápidas deslocações para efectuar diversas manobras manuais, ou confirmar se aquelas comandadas a partir da sala foram efectivamente realizadas. As suas funções mais importantes são executadas, contudo, nas situações anormais, como as paragens de emergência, arranques de unidades, ou acidentes. Em qualquer dos casos, existe um série de procedimentos manuais a efectuar rapidamente, sendo também sua responsabilidade - eventualmente a mais importante - detectar, atacar e delimitar qualquer ocorrência anormal e perigosa, evitando que um problema se transforme em acidente, ou que um acidente se torne incontrolável.

Contudo, diferente não é apenas o tipo de trabalho realizado pelos vários grupos. Também as *formas de conceptualizar as ameaças* inerentes ao processo produtivo e às matérias-primas nele manipuladas são distintas, consoante a posição hierárquico-funcional dos indivíduos.

Assim, de forma pouco surpreendente (dado o seu tipo de formação académica e a hegemonia social desse conceito), os engenheiros apreendem e manipulam a ameaça de acordo com a noção probabilística de “risco” – ou seja, conforme o defino noutra local⁹, como uma *ameaça domesticada*, na tripla vertente de uma apropriação quantitativista que a apresenta como cognoscível, de uma sua previsão probabilística e da assunção de controle sobre o aleatório.

A reprodução desta noção por parte desses engenheiros não é uma mera curiosidade etnográfica. De facto, nas apropriações científicas e tecnológicas da noção de “risco”, este, mantendo embora o elemento aleatório que lhe dá razão de existência, expressa uma visão específica do perigo (ou, se quisermos, uma visão específica da realidade), na medida em que pressupõe a possibilidade de gerir e a limite controlar essa aleatoriedade. Se a quantificação do aleatório é, por si própria, uma sua

⁸ Os operadores de consola são as únicas pessoas que têm à sua disposição toda a informação pertinente sobre o funcionamento da unidade e sobre os objectivos a atingir, pelo que, mesmo que possam pontualmente discutir uma opção específica com terceiros, é a eles que cabe a responsabilidade e a tomada de decisões, constituindo as suas indicações para os operadores de exterior, para todos os efeitos, ordens.

⁹ Veja-se GRANJO, 2004. A linha de interpretação (em que me insiro) que liga inextricavelmente o conceito de “risco” à apropriação do aleatório e da incerteza à luz da lógica quantitativa das probabilidades, sendo embora tendencialmente consensual, não recolheria a concordância de pelo menos um autor de referência nesta área: Niklas Luhmann. À sua definição de “risco” (veja-se 1991, *Risk: A Sociological Theory*, Berlin, De Gruyter) poder-se-á contudo apontar que, se é eficaz para delimitar o objecto de estudo da forma que o autor pretende ver delimitado, ignora a apropriação semântica dessa noção na profundidade histórica e nos contextos técnico-científicos – apropriando-se assim, para a designação de um conceito sociológico, de uma palavra que tem um diferente sentido social, que só para si tem aquele que lhe atribui e que, conseqüentemente, poderia ter sido substituída por qualquer outra, não fosse o objectivo de com ela legitimar uma delimitação de objecto.

domesticação e uma afirmação da sua cognoscibilidade, não é posta em prática por curiosidade intelectual, como um fim em si mesma. Ela pretende constituir um instrumento para a correcta tomada de decisões, para o controle da realidade, para a anulação tendencial do perigo enquanto realidade aleatória e imprevisível.

Mesmo quando, como é o caso, as pessoas que partilham essa noção não quantificam probabilidades, limitando-se a manipular o seu conceito de forma impressiva, o efeito de sentido de previsão e controle do imprevisível, de racionalização e ordenamento do inesperado¹⁰, continua a ser reproduzido – e, com ele, a legitimação, antes de mais para os próprios, da prática de desprezar possibilidades de danos, quando lhes pareça baixa a sua probabilidade.

Num contexto marcado pela racionalidade tecnico-científica e em que os indivíduos manipulam a linguagem e os conceitos que lhe correspondem, seria de esperar que esta noção probabilística fosse generalizada aos restantes grupos de trabalhadores que referi. Não é, contudo, isso que acontece. Ela não lhes é, obviamente, desconhecida, ou sequer difícil de manipular. No entanto, salvo três excepções individuais, a ameaça no local de trabalho não é apreendida e interpretada segundo a lógica do “risco”, mas do “perigo” *imprevisível e permanente*, numa completa assunção da incerteza e da aleatoriedade.

É a noção, retoricamente reiterada, de que se trabalha «*em cima de um barril de pólvora*», que pode explodir a cada momento, num local inesperado e quando tudo parece estar bem. Assim, há que «*não jogar com a sorte*», não aumentar o perigo já existente e sempre presente somando-lhe novos factores. Mas mesmo todo o cuidado e conhecimento é considerado incapaz de evitar que um acidente aconteça a qualquer momento - tal como pode não acontecer, ou não se repetir, sob condições aparentemente piores que as originais.

Dessa forma, se a noção de ameaça vigente entre os engenheiros legitima que se arrisque, aquela que é assumida pelos restantes grupos profissionais exige que as decisões e actos sejam pautados pela precaução.

A aprendizagem do perigo

Ao contrário do que uma leitura apressada poderia sugerir, essas duas formas quase opostas¹¹ de encarar a ameaça e de estruturar a reacção relativamente a ela não são, em sentido estrito, decorrentes da posição ocupada pelos indivíduos no processo produtivo. Apenas o são, de forma indirecta, pelo facto de a quase totalidade dos operadores e chefes de turno terem começado a sua carreira profissional no exterior¹², tendo aí sido submetidos aos mesmos *processos de integração profissional e manipulação identitária* – processos que, entre outros elementos, inculcam a noção de perigo imprevisível e omnipresente.

¹⁰ Note-se que, em contextos tecnológicos hiper-complexos como este, os acidentes ocorrem, por regra, nos locais mais inesperados e em consequência de factores ou conjugações de factores que, quando são reconstituíveis, se revelam surpreendentes – fazendo com que, se a ausência de uma cuidada e completa prevenção potencia os perigos, a sua existência não os neutralize.

¹¹ Digo «quase opostas» por só se apresentarem como tal neste contexto - visto “perigo” e “risco” não constituírem, efectivamente, pólos extremos das possibilidades de conceber e lidar com o aleatório. Se “perigo” corresponde a uma total assunção do acaso, da imprevisibilidade e da imponderabilidade, o seu oposto será a sua completa negação, através da projecção do aleatório para uma ordem incognoscível e suprahumana, como o “destino” ou a “vontade divina” – fenómeno que está, aqui, de todo ausente. Num continuum unindo estes dois pontos, colocaria o “risco” numa posição intermédia, próximo de outras tentativas de domesticação do aleatório, através da criação de efeitos de sentido que o permitam conceber como previsível, quando não cognoscível e dominável pelo Homem – submetendo-o assim, pelo menos parcialmente, a uma ordem humana.

¹² Utilizo aqui a acepção local de “exterior”, para designar a área ao ar livre, exterior à sala de controle, onde se situa a maquinaria pesada e se desenrola a actividade profissional dos “operadores de exterior”.

Esta inculcação não tem como objectivo final despertar o medo. Aliás, trabalhar ao lado de um colega que está com medo é localmente considerado, em si mesmo, um factor de perigo. O interiorizar da visão não-probabilística da ameaça é, antes, um elemento essencial e estruturante dos mecanismos colectivos de protecção que aqui foram desenvolvidos, e cuja transmissão é um dos objectivos fundamentais (mesmo se nem sempre totalmente consciencializados) dos processos que referi.

Conforme desenvolvi noutros locais¹³, a integração e aprendizagem profissional dos neófitos é, na refinaria de Sines, auto-organizada pelos operários e corresponde, de forma algo inesperada, ao modelo de “participação periférica legítima” concebido por Jean Lave¹⁴.

Quer isto dizer que os novatos são acompanhados por operários experientes, que só progressivamente os vão deixando executar manobras consideradas cada vez mais importantes - dependendo essa autorização do reconhecimento não apenas dos seus saberes técnicos, mas igualmente da interiorização, por eles, das atitudes para com o trabalho, os colegas e o perigo que são consideradas correctas. Por outras palavras, assiste-se a uma sua inserção centrípeta, cujo ritmo é pautado pelo reconhecimento da aquisição de competências técnicas e da identidade de grupo por parte do neófito, sendo estes dois termos indissociáveis.

O processo assegura, em simultâneo, diversos resultados complementares.

No imediato, constitui um instrumento de segurança, através da neutralização do novato enquanto factor de perigo, devido ao seu desconhecimento ou atrevimento¹⁵.

Os seus efeitos são, contudo, mais duradouros, ao modelar o operário através da transmissão, junto com os saberes técnicos, de um conjunto de representações e emoções partilhadas pelo grupo. Antes de mais, transmite os perigos existentes e qual a sua valoração, reforçando as condições para o evitamento de acidentes. Em seguida, salienta a permanente possibilidade de uma situação de emergência e qual deverá ser a sua actuação perante ela, reforçando a capacidade de detecção e de resposta individual e colectiva às situações anormais. Igualmente inculca a necessidade de atacar os acidentes na sua génese, a fim de evitar consequências mais graves e desenvolvimentos incontroláveis, contribuindo para minimizar os seus efeitos. Transmite, ainda, as responsabilidades e solidariedades que deverá ter para com os colegas e, por isso, esperar da parte deles (incluindo a responsabilidade de cada um pela segurança de todos os outros, e a obrigação de acudir a quem quer que esteja em perigo), inibindo acções perigosas e reforçando a confiança e socorro mútuos. Inculca, por fim, a noção não-probabilística de perigo, fornecendo o quadro conceptual para os procedimentos de prudência praticados e a motivação para a reprodução futura do sistema.

Tendo, conforme referi, a quase totalidade dos operadores de consola e chefes de turno sido profissionalmente socializados desta forma, partilham as classificações, representações, valores, solidariedades e deveres vigentes entre os operadores de exterior - vendo-se obrigados a concilia-los com

¹³ Veja-se GRANJO, 2004 e GRANJO, Paulo, “Aprendendo o perigo e a ser um de nós – participação periférica legítima na indústria de refinação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no prelo.

¹⁴ Veja-se LAVE, Jean & E. WENGER, 1991, *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*, Cambridge, CUP. Esta correspondência é inesperada porque a autora previa que essa forma específica de aprendizagem situada não fosse viável em contextos de trabalho mercantilizado e, particularmente, de capitalismo desenvolvido. Para a resposta que apresento a esta questão, veja-se o artigo referido na nota anterior.

¹⁵ Isto é conseguido tanto pelo acompanhamento/controlado do que ele faz, como pela inculcação exaustiva de regra de que se «não sabe, não mexe».

exigências profissionais com eles contraditórias, e que decorrem da sua posição hierárquica e no processo produtivo.

Este aspecto e a sua importância são demonstrados tanto pela positiva (quando esse quadro de referências assume o ascendente sobre outras exigências e pressões profissionais, levando à tomada de decisões de precaução e conformes aos mecanismos colectivos de protecção), quanto pela negativa, dado verificar-se uma maior facilidade em arriscar por parte dos poucos indivíduos que, devido às suas habilitações académicas, foram directamente integrados em funções “de sala”, sem terem passado por este processo no exterior.

O estímulo para arriscar

Poderá parecer que nada de extraordinário existe em que, numa indústria perigosa, se aja segundo princípios de precaução e, perante dúvidas acerca de possíveis consequências graves, se anulem as causas que a elas podem conduzir.

No contexto profissional em que estes trabalhadores estão inseridos, fazê-lo pode ser, contudo, uma opção difícil e que obriga a desafiar as relações de poder existentes e, mesmo, desobedecer a ordens directas, com prejuízos pessoais para quem o faça.

De facto, as necessidades de laboração contínua, de corresponder a planos de produção pré-estabelecidos e os enormes prejuízos induzidos por uma paragem da maquinaria ou pelo arrastamento da sua recolocação em funcionamento colocam os *engenheiros adstritos à fabricação*, dos vários níveis hierárquicos, sob uma forte pressão para evitar a todo o custo baixas de produção, paragens e atrasos. Essa pressão é tão mais eficiente quanto, por um lado, aquilo que é fundamentalmente valorizado no seu desempenho (na ausência de acidentes) é a capacidade de fazer produzir e não os cuidados securitários que tomem e quanto, por outro lado, eles equacionam as ameaças segundo a linguagem e a lógica de um risco abstracto e probabilístico. Quer isto dizer que, perante uma situação potencialmente perigosa, aquilo que equacionam, embora não de forma quantificada, é a probabilidade de ocorrer um acidente (e da sua gravidade e custos), em contraposição à previsão de custos, financeiros e pessoais, de uma sua tomada de decisão securitária que afastasse essa possibilidade.

Têm, por isso, todo o interesse imediato em (e a legitimação racional para) fazer acelerar os processos através dos meios técnicos possíveis, operacionalizando para isso os meios de coacção disponíveis. Perante um problema, e na ausência de uma evidente ameaça de acidente iminente¹⁶, este grupo profissional tende consequentemente a arriscar, pressionando os escalões hierárquicos inferiores a adoptar procedimentos menos seguros, desde que mais expeditos, ou passíveis de evitar paragens ou diminuições de produção¹⁷.

Os *chefes de turno*, partilhando embora a noção não-probabilística de “perigo” imponderável, têm também com ele uma relação abstracta e distanciada, embora complexificada e emotivamente reactualizada pela memória do contacto vivido e directo com ele. A sua ambígua situação, de representantes da direcção e de coordenadores de equipe de execução, faz depender muito dos indivíduos

¹⁶ Ou mesmo por vezes perante ela – ou, pelo menos, considerada como tal pelos restantes profissionais envolvidos.

¹⁷ Esses procedimentos poderão ser soluções de recurso elaboradas casuisticamente, mas é mais frequente que sejam “truques” inventados pelos operadores em situação de emergência, que depois se procura tornar em procedimentos *standard* sempre que possam ser úteis.

e do contexto casuístico a medida em que privilegiam a aproximação e reconhecimento dos escalões hierárquicos mais elevados, ou a solidariedade e colaboração por parte dos subordinados, de que necessitam para desempenhar eficazmente a sua função. Nesse equilíbrio instável, tendem a reproduzir “para baixo” as pressões superiores, ou a afastar-se para que um engenheiro o faça, a menos que vejam nelas um perigo imediato para os subordinados – e, por vezes, mesmo nessa situação.

É junto dos *operadores de consola* que, assim, regra geral se concentram as pressões para a adopção de procedimentos menos seguros.

Os elementos deste grupo coincidem com os chefes de turno na sua noção de perigo e na relação distanciada mas vivida que com ele mantêm, embora exista entre ambos uma importante diferença. Os operadores de consola vêem cada dia reactualizada a sua plena consciência de que as condições de laboração são permanentemente mutáveis, de que aquilo que resultou várias vezes pode a qualquer momento não resultar, e de que os seus colegas no exterior confiam e dependem de si.

Contudo, o que têm a perder não é apenas uma imagem de eficácia e colaboração com os superiores, mas também dinheiro e perspectivas de carreira – ou, pelo menos, assim o consideram. De facto, se reconhecem quase unanimemente já ter sido submetidos a pressões do tipo que tenho vindo a referir, é também generalizada, entre ambos os tipos de operadores, a convicção de que uma recusa em obedecer-lhes tem repercussões negativas nos prémios pecuniários e nas promoções¹⁸ - e de que, se não as aceitarem, muito provavelmente outro colega o fará.

O interesse imediato dos operadores de consola é, assim, que as pressões sejam concretizadas no exterior; mas sabem que estão na melhor posição para ser apontados como responsáveis por algo que venha a correr mal. Esse aspecto, somado à ideologia profissional que os apresenta como garantes da segurança dos colegas no exterior e à ligação emotiva que ainda mantêm relativamente ao confronto destes com o perigo, faz com que seja sobretudo ao seu nível que se joga a submissão ou resistência às pressões hierárquicas. O resultado decide-se em função de critérios de avaliação casuísticos mas, se pode chegar à recusa liminar, assume preferencialmente uma forma que não ponha em causa a posição profissional – através, por exemplo, do pedido de ordens escritas, ou alegando incapacidades técnicas momentâneas para executar procedimentos relativamente aos quais se demonstra a maior boa vontade.

Os *operadores de exterior*, por fim, não só consideram o perigo imponderável, como constituem as suas vítimas potenciais e directas. Dessa forma, o seu interesse imediato é a salvaguarda da sua integridade física, mas não poderão deixar de equacionar os constrangimentos financeiros e de carreira, que em termos relativos são ainda mais importantes no seu caso. Com um espaço de variabilidade individual e casuística, tendem assim a proteger-se através de subterfúgios que não permitam que seja posta em causa a sua colaboração com a hierarquia (como dificuldades de comunicação ou o recurso a “truques” profissionais que obriguem a maquinaria a ser conduzida da forma que desejam, a partir da sala de controle), a apoiar resistências por parte dos operadores de consola e a só confrontar isoladamente os superiores nos casos que avaliem como muito perigosos¹⁹.

¹⁸ Se relativamente aos exemplos que me foram fornecidos era já impossível confirmar as suas razões efectivas, é verdade que os sistemas de avaliação de mérito vigentes, muito pouco objectivantes e ao arbítrio dos superiores hierárquicos, apresentam as potencialidades para que assim aconteça. Contudo, mais do que a verdade desta prática, interessa neste caso a representação de que ela existe - representação que passa a ser um dado fulcral nas opções dos indivíduos e, dessa forma, produz ela própria realidade.

¹⁹ Consciente do imagem esquemática e eventualmente maniqueísta que resulta do nível de síntese a que tive que recorrer nos parágrafos anteriores, sinto-me na necessidade de explicitar que, no processo de interacção entre estes grupos, interesses e estratégias, não há resultados determinados à partida, nem monstros e vítimas inocentes. Se, na sua aparente maioria, os operadores

Efectuado este percurso, ter-se-á tornado claro que, nesta cascata de pressões, os operadores de consola constituem um filtro essencial, eventualmente o mais importante, para a neutralização de situações e procedimentos particularmente perigosos – e, conseqüentemente, para o evitamento de acidentes.

Ter-se-á também tornado claro que, para além da variabilidade individual, a assunção ou não desse papel depende fundamentalmente, por um lado, de uma representação da ameaça que os afasta dos engenheiros e de que comungam com os colegas do exterior e, por outro, da operacionalização e reatualização de um quadro de valores e deveres que partilham com os operadores de exterior e que adquiriram quando eles próprios tinham essa categoria profissional.

Ora são precisamente essas duas condições que são postas em causa pelas mutações identitárias que hoje atravessam os operadores de consola.

O que sou, depende de com quem falo

Abordando questões relativas à identidade deste grupo profissional, deveremos antes de mais salientar que um operador de consola nem sempre se representa e apresenta profissionalmente de uma mesma forma.

Pelo contrário, as fronteiras identitárias pertinentes para os trabalhadores desta refinaria (se é que o mesmo não ocorre em qualquer outro contexto social) são múltiplas e, embora sempre construídas por oposição a outros grupos, são manipuladas diferencialmente consoante o contexto discursivo, conceptual e relacional do momento. Quer isto dizer que, mesmo quando um trabalhador se está a conceber exclusivamente como tal, os princípios identitários por ele assumidos num determinado momento e situação dependem essencialmente daquilo que, nesse mesmo momento e situação, é pertinente considerar como "o outro" - assumindo então como seu grupo de pertença aquele que, simultaneamente, seja mais abrangente e exclua, segundo princípios de oposição, esse "outro" pertinente.

No entanto, a oposição por si só não basta para a construção desses grupos, identidades e alteridades. É necessário que a fronteira traçada entre o "nós" e o "outro" seja em si mesma pertinente (não só em termos contextuais, mas sobretudo enquanto diferença habitualmente considerada importante e significativa) e que o grupo de pertença assim definido seja visto como algo que apresenta, ele próprio, uma coesão interna e uma comunhão de características suficientemente valorizadas pelo indivíduo e pelo grupo para que este possa ser concebido e reproduzido enquanto noção de "nós".

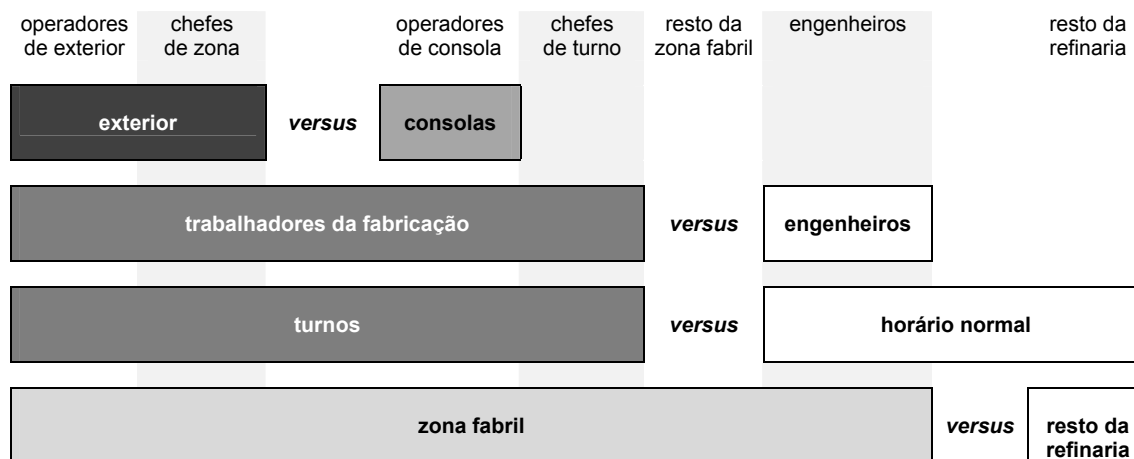
Neste quadro, é curioso notar que, embora estar empregado numa das três grandes empresas fabris instaladas na região seja localmente considerado desejável, os trabalhadores de fabricação quase nunca se apresentam ao exterior apenas como membros da empresa, ou da refinaria. Tão pouco costumam especificar as funções que desempenham; referem que trabalham *«mesmo na refinaria»* (entenda-se, na sua área fabril), ou *«por turnos, na refinaria»*.

Este facto é em si mesmo sintomático de que o sentimento de pertença e integração na grande empresa para a qual trabalham e que possui e gere as refinarias é particularmente ténue – o que é confirmado por outros dados. Mas, para além disso, esta forma de apresentação perante o exterior indica-

são submetidos às pressões que tenho vindo a expor, é também porque se submetem (por vezes deliberadamente, esperando divididos da sua submissão), enquanto outros colegas não o fazem, sob constrangimentos semelhantes. Os superiores hierárquicos que os pressionam são, por sua vez, reprodutores e transmissores de pressões a que eles próprios se submetem.

nos igualmente que mesmo a própria refinaria na sua globalidade (incluindo, portanto, os serviços não directamente ligados à produção) é incapaz de ser assumida como um grupo de pertença pertinente, identificando-se os trabalhadores não com ela, mas com parte dela.

As primeiras fronteiras identitárias pertinentes começam, assim, a ser traçadas já no interior da própria fábrica, de acordo com o que apresento no diagrama seguinte, correspondente àquilo que Claude Dubar chamou «identités pour soi»²⁰, ou seja, os quadros identitários que os indivíduos e grupos produzem e nos quais se reconhecem, independentemente deles corresponderem ou não às categorias identitárias produzidas ou aplicadas por observadores exteriores²¹.



Começando pelo grupo mais abrangente, verificamos que a sua fronteira coincide, afinal, com a cerca que rodeia a *área fabril*. Dentro, estão as pessoas que, em diferentes graus, conhecem o processo e trabalham para ele. De fora, ficam todos os outros trabalhadores (administrativos, de gestão ou de serviços de apoio), que são vistos como desconhecedores daquilo que é a refinaria, daquilo que se faz e porque se tem que fazer e, em grande medida, como parasitários.

Essa visão particularmente negativa e o grau de contraste que estabelecem relativamente a esses colegas permite compreender porque razão os trabalhadores de fabricação integram, neste único caso, os *engenheiros* no seu grupo. De facto, se estes são habitualmente remetidos de forma clara para a categoria de "outro", é-lhes reconhecido o conhecimento que têm do processo e das suas realidades, mesmo que as olhem de uma outra posição e ponto de vista. Aplicando uma analogia, digamos que eles são oficiais que passam a ser vistos como "militares" pelos seus soldados, por contraposição aos civis.

A razão para a sistemática projecção, nos outros casos, dos engenheiros para o exterior do grupo de pertença não será tanto o facto de serem superiores hierárquicos. Também os chefes de turno o são e essa fronteira rígida não é estabelecida relativamente a eles.

Contudo, ao contrário do chefe de turno, o engenheiro não tem experiência (quer ao nível do conhecimento preciso, quer da vivência) das funções e trabalho concreto realizado pelos trabalhadores.

²⁰ DUBAR, Claude, 2000, *La Crise des Identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF.

²¹ Por essa razão, após o seu isolamento e sistematização a partir de indicadores comportamentais e discursivos, confrontei esse conjunto de fronteiras com a opinião dos trabalhadores, tendo elas sido confirmadas. Note-se que não está aqui representada uma fronteira identitária particularmente conjuntural, pontual e efêmera, passível de surgir em situações entendidas como de forte ameaça e em que o chefe de turno se oponha à tomada de medidas de precaução. Neste caso, os operadores de consola podem identificar-se com os operadores de exterior, remetendo o chefe de turno para a posição exclusiva de representante da hierarquia (que partilha com os engenheiros) contra os operadores, opondo-se a ele.

Cumulativamente, o seu relacionamento com os operadores é, salvo raras excepções, praticamente limitado à transmissão de informações laborais e, por outro lado, não se limita a ser um superior hierárquico, antes constituindo o polo visível da direcção da refinaria e da empresa - e, consequentemente, o ponto de projecção dos potenciais confrontos e descontentamentos relativamente a elas. Por fim, os engenheiros não dominam os quadros de referências implícitas que os restantes trabalhadores manipulam discursivamente no quotidiano e, sobretudo, tal como os trabalhadores “do outro lado da cerca”, não trabalham por *turnos*.

Esta é uma diferenciação fundamental e particularmente destacada, também como factor de identificação, visto que os turnos representam para os trabalhadores - para além de sacrifícios aos níveis da família, das sociabilidades e da saúde - a diferença entre a vida normal, que corresponderá aos outros, e uma vida marginal, que será a sua.

Saliente-se, contudo, que dentro deste grupo identitário a posição do *chefe de turno* é equívoca e ambivalente. Conforme foi anteriormente referido, ele é por um lado um coordenador de equipe (que por vezes defende perante instâncias superiores), sujeito aos mesmos constrangimentos de horário e estilo de vida, mas é também o intermediário da hierarquia superior e exterior à directa actividade fabril, cujas expectativas é suposto materializar no terreno. É, para além disso, detentor de poderes não negligenciáveis com impacto directo sobre a vida e carreira dos seus subordinados, como seja o seu papel determinante nas avaliações de desempenho.

Mesmo perante situações de concretização do perigo, o chefe de turno tanto pode assumir o papel de coordenador do grupo de trabalho, que privilegia a sua segurança (numa paragem de emergência, por exemplo), como colocar-se, e ser colocado, “do outro lado”, pressionando ou opondo-se aos interesses e precauções securitárias dos operadores de consola e de exterior, que neste caso se assumem em conjunto como um único grupo, que se lhe opõe.

Este último conjunto de diferenciações e identificações é, contudo, pontual e efémero, conduzindo-nos à fronteira identitária que aqui mais nos interessa, por estar directamente relacionada com mutações nas posições subjectivas de classe assumidas pelos trabalhadores e com as suas consequências: aquela que separa *exterior e consolas*.

De facto, se o conjunto formado pelo operador de consola e pelos operadores de exterior que lhe correspondem é, normal e recorrentemente, apresentado como uma "equipe", trata-se de uma equipe internamente diferenciada e hierarquizada.

A hierarquização desde sempre existiu formalmente no exterior, através da figura do “chefe de zona”; mas essa diferenciação apresenta, hoje, uma importância bastante ténue para efeitos identitários, sendo virtualmente irrelevante nas “novas unidades”. A diferença pertinente, dentro de cada “equipe” de trabalho, passa hoje exactamente pela dicotomia sala/exterior, que expressa não só a diversidade de condições e ambiente físico, como do acesso à informação e sua gestão e da forma (menos ou mais mediatizada) como agem sobre a maquinaria.

Trata-se de uma diferenciação e hierarquização implícita à partida - quem dispõe dos dados acerca do funcionamento da unidade e das suas interacções com as restantes está em condições de dar ordens a quem não tem acesso a eles - e que, mesmo antes de ser formalizada, era já tacitamente aceite e assumida por grande parte dos operadores de exterior. Não obstante, é em grande medida possibilitada

por uma aceitação tácita de papéis distintos e complementares, que deverão ser desempenhados com respeito mútuo. Ou seja, se o operador de consola age e dirige de uma forma que seja encarada por quem está no exterior como excessivamente agressiva, arrogante ou desconsideradora dos seus conhecimentos e saberes profissionais, pode ser questionado, ou mesmo objecto de uma resistência passiva que põe em causa tanto a sua posição de liderança, quanto, devido aos piores resultados de produção que obtém, a sua competência profissional.

Olhando a questão da perspectiva inversa (da sala para o exterior), a melhor forma de compreendermos aquilo que está em jogo e os princípios que são manipulados será acompanhando a sua operacionalização, no conjunto de acontecimentos recentes que conduziram à actual formalização de uma relação hierárquica entre as duas funções que temos vindo a confrontar²².

De facto, no início do meu trabalho de terreno, alguns operadores de consola tinham a mesma categoria profissional que os chefes de zona e outros a imediatamente superior. Hoje, contudo, todos eles estão nesta última categoria - sendo, por isso, todos eles hierarquicamente superiores aos chefes de zona, embora oficialmente não sejam assumidos como seus chefes directos.

A nova situação foi decorrente de uma acção reivindicativa dos operadores de consola que chegou à apresentação de um pré-aviso de greve. Este movimento reivindicativo surge já, no entanto, na sequência de um primeiro confronto informal com a direcção da refinaria, em 1996, centrado numa hipótese de alteração nas funções profissionais.

Foi, na altura, posta a circular pela direcção da empresa uma hipótese segundo a qual um operador de consola e o chefe de zona que, no exterior, tem à sua responsabilidade as mesmas unidades de laboração se passariam a alternar em ambas as funções ao longo da jornada de trabalho.

Aparentemente, existiriam vantagens mútuas. A direcção da refinaria passaria a poder gerir com mais flexibilidade e sem aumento de custos o pessoal disponível, ao passo que os operadores de consola veriam diminuídos os potenciais problemas de saúde que o exercício das suas funções lhes coloca e de que se queixam - a exposição a radiações durante 8 horas seguidas, a degradação da visão e a acumulação de *stress*.

No entanto, essa hipótese suscitou de imediato a discussão e concertação de posições entre estes trabalhadores, seguida de uma violenta e sistemática oposição verbal - expressa junto dos chefes de turno e dos engenheiros, de forma directa e expositiva ou, no caso dos segundos, também sob a forma de conversas entre operadores mantidas em voz anormalmente alta, durante a sua presença na sala.

A retórica utilizada na mobilização mútua e no discurso de protesto estruturava-se à volta da frase «Se querem polivalência, paguem-na!», que se mantinha na presença de operadores de exterior. Contudo, na argumentação mais íntima junto dos chefes de turno e quando me explicavam a sua posição, o centro da questão deslocava-se, encarando a maioria dos operadores de consola quase como um insulto a hipótese colocada pela direcção da refinaria:

²² Dessa forma, não se indo embora proceder propriamente a uma análise de “situação social” tal como preconizada por Max Gluckman - veja-se “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna”, [1958], in Bela FELDMAN-BIANCO (org.), 1987, *Antropologia das Sociedades Complexas: métodos*, S. Paulo, Global, pp. 227-344 - o princípio heurístico e a inspiração provêm exactamente dessa sua proposta.

«Pois não, não queremos voltar lá para fora. Já lá estivemos quase todos antes de virmos para aqui. Aquilo é desconfortável, é desagradável e foram os mais capazes que vieram para dentro. Ir agora para fora é rebaixar-nos, é fazer-nos andar para trás.»

«Então agora queriam-me indigitar, ao fim de 11 anos de estar a fazer controle, para ir para o exterior e ser coordenado por uma pessoa no interior? Não se põe a questão de que a pessoa que vinha para dentro saber mais ou menos do que eu, põe-se a questão de me saberem dizer, se efectivamente eu não tenho qualidades, por que é que não me disseram que eu que não as tenho e porque é que andaram durante 11 anos a escondê-lo.»

«Não é só uma questão de dinheiro. Isso até nem é o principal. A questão é que em vez de ser reconhecida a competência das pessoas, o esforço que fizeram para ser qualificados, são mandados para fora, para uma coisa que a maior parte até já fizeram antes de vir para aqui, e são postos os de lá de fora ao mesmo nível.

Pergunta: Mas sentes isso como uma desqualificação, por este trabalho ser mais intelectual e lá fora mais físico?

(pausa; resposta:) *Precisamente.»*

Transmitido este ambiente e reacções através dos canais hierárquicos, tornou-se evidente para a direcção da refinaria o grau de resistência suscitado e o potencial de conflito que a solução apontada apresentava. Ela foi, assim, retirada da ordem do dia.

O aspecto que mais nos interessa nestes acontecimentos é, contudo, aquilo que estava neles em causa e a importância que lhe era atribuída. Apesar da retórica publicamente utilizada, as resistências derivavam essencialmente do facto de a hipótese apontada pela Direcção pôr em causa a auto-estima profissional dos operadores de consola e a visão local da hierarquização de funções e da lógica de carreira.

Efectivamente, para um operador de consola, partilhar com o chefe de zona as funções de ambos seria partilhar autoridade e anular a hierarquização (na altura ainda informal) cujos mecanismos de construção anteriormente aflorei.

Numa outra vertente, conforme estará já claro, os trabalhadores passam por norma pelas funções de operador de exterior e de chefe de zona antes de chegarem às consolas. Passar do exterior para a sala é visto como uma elevação de estatuto, quer pelo afastamento que representa relativamente às incomodidades, às fontes de perigo e ao trabalho mais sujo e "operário", quer pela visão e intervenção mais abrangentes que se passa a ter no processo produtivo - visão e intervenção a que se acede através da manipulação de computadores, instrumentos tecnológicos socialmente valorizados e dignificados. Por outro lado, é colectivamente assumido pelos operadores de consola que essa elevação de estatuto corresponde a um reconhecimento de competência – e cada indivíduo, apesar das referências que geralmente faz ao clientelismo nas promoções, considera que esse é o seu caso pessoal. Voltar a ter funções no exterior é, assim, visto como um retrocesso e uma desqualificação.

Igualmente significativa é a manipulação pública da retórica do «Se querem polivalência, paguem-na!», que era mantida a par de outras formas de discurso. As razões da resistência à alteração

planeada pela Direcção foram, afinal, traduzidas na linguagem e referentes que estes operadores atribuem às «hierarquias», uma linguagem que igualmente desviava a atenção dos colegas do exterior de aspectos menos simpáticos e solidários que lhes estavam subjacentes. Ou seja, essa retórica monetarista cumpriu uma tripla função, tão mais notável quanto não tenho qualquer indicação de que essa pluri-funcionalidade fosse efectivamente premeditada²³:

Por um lado, traduzia na linguagem do “adversário” razões que pressupunham ele não compreendesse ou considerasse relevantes, substituindo-as por aquelas que consideravam estar entre as suas preocupações fundamentais na tomada de decisões e que, portanto, mais o afectariam. Por outro, num contexto de primeiro grande confronto laboral desde a inauguração da refinaria, colocava na ordem do dia compensações financeiras para a eventual derrota naquilo que realmente lhes interessava. Por fim, as razões invocadas, ao contrário das reais, não eram passíveis de pôr em causa a solidariedade interna das equipas de trabalho, podendo mesmo receber, em abstracto, a concordância de alguns chefes de zona, que sairiam beneficiados caso a questão se centrasse efectivamente nas compensações salariais.

...mas não quero ser operário

Se o reconhecimento formal da diferenciação hierárquica entre operadores de consola e de exterior apenas foi assegurado mais tarde, e se os princípios manipulados neste processo não se recobriam de rótulos mais abrangentes que a dignidade e qualificação profissionais, o retrocesso pessoal que estes trabalhadores identificavam nos planos da direcção da refinaria expressava já uma diferenciação de outro tipo. Tendo-se embora aprofundado posteriormente, aquilo que estava já claramente esboçado não eram apenas diferenças de tipo e condições de trabalho, de hierarquização e prestígio relativos, mas uma divergência entre posições subjectivas de classe²⁴.

Era visível o desconforto da maioria dos operadores de consola quando alguém os incluía implicitamente na categoria de operários. Esse desconforto explicitava-se quando eram confrontados com o assunto, seja em conversa, seja num curto inquérito a todos os trabalhadores que, na fase final da pesquisa, recolhi com o exclusivo objectivo de quantificar fenómenos já por mim conhecidos.

No primeiro caso, as explicitações podiam variar entre complexas argumentações (geralmente comparando o seu trabalho e suas exigências com o trabalho no exterior) e a completa surpresa que um dia tive como resposta: «O operador de consola, um operário? Então você acha que eu sou um operário?!»

No segundo, enquanto os operadores de exterior se reconheciam de forma massiva como “operários”, por cada 6 operadores de consola que respondiam metade declarava-se “quadro técnico”, 2

²³ Note-se que estes acontecimentos ocorrem numa altura em que é forte a presença, nos *media* e no país, de um discurso patronal centrado na “flexibilidade” em abstracto e de um contra-discurso sindical centrado no ataque à “polivalência”, também em abstracto. Surge-me assim como plausível que a uma inicial reapropriação dessa retórica sindical (por ser adequada) se tenha seguido uma progressiva consciencialização das suas potencialidades e funções naquele caso concreto, de que vários operadores de consola pareciam estar cientes, na fase final do processo.

²⁴ Designo sob esta expressão as representações que os indivíduos e grupos assumem ser adequadas para descrever ou situar a sua posição socioprofissional, perante o quadro de categorias que conhecem, e a assunção ou não da sua pertença àquela onde, a partir do exterior, tendem a ser situados. Refiro-me, portanto, à noção marxista de «*classe para si*», de que a já referida noção de «*identités pour soi*», de Claude Dubar, é isomorfa no campo das identidades, entendidas de uma forma mais geral do que a pertença de classe.

consideravam-se operários e o sexto, dando embora essa resposta, fazia-o sabendo eu, por conversas anteriores, não ser essa a sua convicção²⁵.

Estes dados espelham uma situação de muito alargada recusa da identidade operária por parte dos operadores de consola, mas não a sua veemência, mesmo quando a pretendem camuflar – uma veemência suficiente para permitir que a situação fosse identificada e entendida sem margem para dubiedades pelos operadores de exterior.

Não obstante, segundo os mais diversificados “critérios objectivos” de pertença de classe, poucas dúvidas existirão, aos olhos de um observador exterior, de que os operadores de consola sejam operários²⁶. Para além do seu assalariamento, tomam directamente parte na produção, conduzindo inclusivamente a maquinaria, embora de forma mediatizada pela distância. Não obstante disporem de um espaço de decisão própria, ocupam uma posição subalterna e executante no processo produtivo. Cumulativamente, só em grau e distância as funções dos chefes de zona (que já antes executaram e são consensualmente consideradas operárias) se diferenciam daquelas que desempenham.

Essas diferenças intrínsecas no trabalho executado por operadores de consola e de exterior são, contudo, hiperbolizadas em função dos instrumentos usados para a sua execução, do local onde ele decorre e dos conhecimentos específicos que requer. A questão acaba por centrar-se, afinal, na sensação de que, tendo-se acesso em simultâneo a toda a informação pertinente acerca do funcionamento da maquinaria (o que mais ninguém tem), tendo-se um espaço de decisão acerca de alterações a introduzir nesse funcionamento que - embora limitado por balizas pré-estabelecidas - é relativamente amplo e altera significativamente os resultados de produção e, finalmente, tendo-se um grupo de trabalho funcionalmente subordinado e mais claramente executante (embora seja o próprio a executar a maioria das operações), se possui uma posição no processo produtivo, um domínio sobre ele e um grau de trabalho intelectual que não admitem o rótulo de "operário".

Duas outras vertentes vêm reforçar esta sensação.

Por um lado, embora comande válvulas e temperaturas, o operador de consola fá-lo com roupa normal, numa sala climatizada, longe da realidade física da uma maquinaria²⁷ que, distante no espaço e mediada por um instrumento tecnológico que representa partes dela mas não a torna presente, em grande medida se torna abstracta, tornando concomitantemente abstracta a relação que o operador com ela mantém.

Não apresento a sugestão de que a consola de comando se transforme de alguma forma, na relação dos operadores com a maquinaria, numa consola de jogo computadorizado. A consciência que têm

²⁵ Sendo esse o caso dentro de um conjunto tão particular de circunstâncias e de possibilidade de controle sobre as respostas, esta recorrência justificará mais alguma reflexão acerca de o que é que se recolhe quando recolhemos extensivamente questionários. No que concerne a parte substantiva deste artigo, deverei salientar que considero também significativo que mais de 13% dos operadores de consola ou não quiseram responder a esta pergunta, ou tiveram dificuldade em encontrar uma resposta que os satisfizesse.

²⁶ De facto, a afirmação é verdadeira face à aplicação de critérios que vão desde a formalização de Lenin que faz decorrer a “posição objectiva de classe” da relação com os meios de produção, da posição no sistema produtivo e do papel na organização social do trabalho, incluindo o modo de obtenção e parte da riqueza social de que se dispõe (veja-se ULIANOV, V. I., “Uma grande iniciativa”, [1919], in 1980, *Obras escolhidas*, Lisboa, Caminho, Vol. 3, pp. 139-160), até, independentemente do carácter mais restritivo ou abrangente que assuma cada um deles, a critérios de classe baseados na distinção trabalho produtivo/não produtivo, como os de Poulantzas (veja-se 1975, *Classes in contemporary capitalism*, London, New Left Books), ou de tipo relacional, como os de Wright (veja-se 1983, “O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, pp. 9-39), ou ainda aos indicadores socioprofissionais desenvolvidos na abordagem desta temática por um grupo relativamente vasto de sociólogos do ISCTE (veja-se, por exemplo, COSTA, A. F. *et al*, 2000, “Classes sociais na Europa”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-46).

²⁷ “Maquinaria” tal como o operador a entende (ou seja, metálica, pesada, perigosa, quente, mal cheirosa), embora o comando que opera e a consola onde ele está situado constituam, tanto como o mecanismo sobre o qual esse comando age, parte dela.

do perigo (mesmo que deslocado no espaço) e da realidade física da maquinaria, dos colegas no exterior e da produção em curso, inviabilizam que tal aconteça. Não obstante, a distância, a mediação e o contraste com a situação conhecida do exterior torna difícil perceber que não existe nenhuma diferença fundamental entre as dezenas de vezes que se corrige uma abertura de válvula na consola e aquelas (comparativamente poucas) em que um operador de exterior pega numa chave de válvulas, sobe uma escada e a vai corrigir manualmente.

Numa segunda vertente, o esforço físico do trabalho não decorre da própria acção de comando sobre um mecanismo e da deslocação do indivíduo até ele. De facto, o trabalho do operador de consola é confortável a esse nível, exercendo-se igualmente através do domínio e manipulação de um instrumento tecnológico que é socialmente valorizado e remetido para uma imagem de complexidade, trabalho mental e "sociedade pós-industrial" - o computador. Dessa forma, a leveza física do acto de comandar mecanismos, a mediação desse acto por parte da informática e a própria ausência do peso simbólico do fato e do equipamento de protecção, fazem com que a acção realizada seja secundarizada e ocultada pelo pensamento que lhe preside, permitindo reactualizar e manipular a velha dicotomia entre trabalho físico (atribuído ao operariado) e trabalho intelectual (que deverá ser "outra coisa").

Assim, à falta de melhor designação, o operador de consola pode recorrer à de «profissional qualificado» (como se um operário qualificado o não fosse também), ou adoptar a pouco precisa expressão “quadro técnico”. A designação apelativa e agradável que recubra a identidade socioprofissional que tenta construir não está ainda inventada, mas a sua construção faz-se por oposição à noção de operariado, que rejeita.

Consequências de uma recusa

Em rigor, a recusa de uma identidade operária por parte dos operadores de consola e a sua tentativa de construção de uma identidade alternativa seriam, em si e por si mesmas, curiosidades relativamente irrelevantes, que apenas apresentariam utilidade enquanto matéria-prima para abordagens teóricas *macro*.

A sua importância para o contexto social e laboral em que se inserem não advém sequer do facto de as novas identidades buscadas se estruturarem por oposição a uma imagem de operariado, em abstracto.

Efectivamente, a imagem do operário (ou “operador”) como «um homem para abrir e fechar válvulas, de fato de macaco, lancheira e copo na taberna», que os trabalhadores atribuem às chefias, é igualmente objecto de recusa e distanciamento por parte dos operadores de exterior, particularmente os mais jovens, sem que tal expresse ou daí decorra algo mais do que uma exigência de dignificação socio-profissional e uma recusa de estereótipos que consideram arcaicos.

A sua relevância advém, antes, de essa busca de reconstrução identitária dos operadores de consola se dar por oposição aos operadores de exterior (erigidos nesse processo em arquétipos do operário) e ter como alternativa possível a valorização das vertentes hierárquica e técnica das suas funções. Por outras palavras, os materiais simbólicos disponíveis para essa reconstrução identitária implicam um distanciamento relativamente àquilo que caracterize os operadores de exterior e uma ênfase daquilo que aproxima os operadores de consola dos engenheiros.

Pelo que atrás ficou exposto, imediato se torna verificar que, nestas circunstâncias, o desenvolvimento do processo de mutação identitária que temos vindo a acompanhar tem implicações directas sobre o perigo.

A ênfase no carácter técnico e hierárquico das suas funções, dado que “técnicas” são as funções de todos na área de Fabricação, tem como principal campo de manobra uma apropriação, pelos operadores de consola, dos referentes tecnocráticos tidos como próprios dos engenheiros – o mesmo é dizer, uma visão probabilística do perigo, uma relação mais abstracta com ele e um relacionamento mais distanciado com os subordinados. Mesmo que apropriadas de forma sincrética, as duas primeiras características favorecem a tendência para “arriscar”, enquanto as duas últimas permitem que o equacionamento da ameaça enquanto risco se torne mais impessoal quanto às suas consequências; no seu conjunto e agindo sobre os operadores de consola, constituem uma condição suplementar para que estes se submetam às pressões para adopção de procedimentos mais perigosos, potenciando a ocorrência de acidentes.

Poder-se-á argumentar que, num processo identitário como o que descrevo, esta ênfase, esta vertente de construção identitária pela positiva, constitui plausivelmente como que uma variável dependente, o elemento menos activo do processo.

Mas, precisamente, a vertente de construção por oposição, por distanciamento relativamente às características dos operadores de exterior, apresenta exigências de que decorrem consequências ainda mais marcantes.

Aquilo de que se tornaria necessário criar distanciamento seria, afinal e antes de mais, aquilo que se aprendeu com os operários e que estes reproduzem como seu quadro conceptual e de valores. A limite e enquanto decorrência lógica, seria todo o resultado do processo de inserção profissional, anteriormente referido, que deveria ser posto em causa.

Este resultado extremo é pouco credível dado que, continuando o contingente de operadores de consola a ser alimentado a partir dos operadores de exterior, uma ruptura abrupta e completa com os quadros referenciais destes últimos seria não apenas pouco consentânea com as características habituais das dinâmicas de mutação cultural²⁸, mas também dificilmente sustentável e reproduzível. No entanto, de forma mais plausível e praticável, seria de prever uma desvalorização da perspectiva não-probabilística da ameaça e do primado da precaução, um distanciamento relativamente aos “truques” de prudência de origem operária e uma fragilização das solidariedades de equipe e dos sistemas de deveres vigentes. O resultado seria, também neste caso, uma maior propensão para “arriscar” e um processo de decisão desenrolando-se a um nível mais abstracto e impessoal - justificando que se questione se as pressões anteriormente referidas não se tornariam a prazo redundantes.

Suponho que, chegados a este ponto, a coerência e consistência da minha proposta inicial terá ficado demonstrada - ou se terá, pelo menos, tornado convincente. Contudo, alguns anos passaram desde o meu trabalho de terreno e a situação evoluiu.

²⁸ Veja-se, a este respeito, GRANJO, Paulo, 1999, "Interrogações sobre a globalização no quotidiano", *Vértice*, 90, pp. 44-51.

Apreendendo embora essa evolução através do discurso dos indivíduos envolvidos²⁹, e não da observação directa, posso afirmar que a situação se alterou rapidamente, no sentido que anteriormente sugeri.

Eventualmente de forma facilitada por uma substancial renovação de quadros, devida a uma concentração de passagens à reforma entre chefes de turno e operadores de consola, o ambiente na sala de controle é hoje diferente, como diferentes são as relações mantidas entre as pessoas que nela estão e o exterior.

A integração dos novos operadores de consola foi acompanhada pela reiterada chamada de atenção, por parte dos seus congéneres, da necessidade de alterarem o seu comportamento de familiaridade para com os operadores de exterior e de o evitarem por parte deles - sendo-lhes esse tipo de relacionamento apresentado como pouco consentâneo com as suas novas funções, embora fosse bastante comum, se não predominante, há bem poucos anos.

Naquilo que começa a adquirir contornos de um novo processo de inserção profissional e de controle social, também a troca de opiniões de carácter técnico com os chefes de zona, acerca das melhores soluções a adoptar numa determinada circunstância, recebe sinais de desaprovação por parte dos operadores de consola mais antigos, quando se torna um pouco frequente.

Recentemente, um indivíduo que conheci como operador de consola mostrava-se chocado com a facilidade com que um colega pusera em marcha um procedimento que considerou bastante arriscado, sem que tivesse, na perspectiva do observador, tomado em conta o perigo a que submetia os colegas no exterior e sem que os tivesse sequer avisado daquilo que iria fazer.

Em *suma*, aquilo que era há alguns anos um conjunto de indícios ténues e de raciocínios lógicos apresenta-se, hoje, como um processo em franca evolução e que, apesar do seu desenvolvimento necessariamente longo e das equações que mantém em aberto, reforça as apreensões que então suscitou.

Esta minha sugestão, inicialmente apresentada em 1998³⁰, revelou-se, assim, uma daquelas deduções prospectivas dos cientistas sociais em que calha não nos enganarmos.

Resta-me o irrelevante desejo de que, por um qualquer efeito positivo do aleatório, este novo factor social de perigo que emergiu e se sedimentou na refinaria de Sines nunca se venha a consubstanciar em acidentes com perdas humanas.

²⁹ Refiro-me a contactos informais e relativamente frequentes que fui mantendo, após a investigação, com vários trabalhadores a quem me ficaram a ligar sentimentos de amizade, e a reacções e comentários ao relatório de pesquisa ou à minha tese de doutoramento, que fui entretanto recebendo.

³⁰ Veja-se GRANJO, Paulo, 1998, *Trabalho e perigo numa refinaria*, relatório de pesquisa, FCT.

Bibliografia:

- COSTA, A. F. *et al*, 2000, “Classes sociais na Europa”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 34, 9-46
- DOUGLAS, Mary, 1987, “Les études de perception du risque: un état de l’art”, in FABIANI & THEYS (eds.), *op.cit.*, 55-60
- DOUGLAS & WILDAVSKY, 1982, *Risk and Culture: an essay on selection of technological and environmental dangers*, Berkeley, California University Press
- DUBAR, Claude, 2000, *La Crise des Identités. L’interprétation d’une mutation*, Paris, PUF
- FABIANI & THEYS (eds.), 1987, *La Société Vulnérable: évaluer et maîtriser les risques*, Paris, Presses de l’ENS
- FREIRE, João, 1990, “Que futuro para os encarregados na indústria?”, *Organização e Trabalho*, 2, 81-90
- GLUCKMAN, Max, [1958], “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna”, in Bela FELDMAN-BIANCO (org.), 1987, *Antropologia das Sociedades Complexas: métodos*, S. Paulo, Global, 227-344
- GRANJO, Paulo, 1998, *Trabalho e perigo numa refinaria*, relatório de pesquisa, FCT
- GRANJO, Paulo, 1999, "Interrogações sobre a globalização no quotidiano", *Vértice*, 90, 44-51
- GRANJO, Paulo, 2004, «*Trabalhamos sobre um barril de pólvora*» - *homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa, ICS
- GRANJO, Paulo, no prelo, “Aprendendo o perigo e a ser um de nós – participação periférica legítima na indústria de refinação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*
- LAVE & WENGER, 1991, *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*, Cambridge, CUP
- LUHMANN, Niklas, 1991, *Risk: A Sociological Theory*, Berlin, De Gruyter
- POLUNTZAS, Nicos, 1975, *Classes in contemporary capitalism*, London, New Left Books
- ULIANOV, V. I., “Uma grande iniciativa”, [1919], in 1980, *Obras escolhidas*, Lisboa, Caminho, Vol. 3, 139-160
- WRIGHT, Eric O., 1983, “O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, 9-39